

cobre que não foi isso o que aconteceu. Ela foi assassinada por um policial da invernada de Olaria. Essa mulher era minha mãe, por isso que eu estou aqui. (Palmas) Esse é o motivo de eu estar aqui.

Eu não estou aqui porque numa causa como essa, as figuras públicas fogem, como você muito bem fez a crítica. Eu tinha que estar aqui, porque eu devo tudo o que eu sou à minha mãe, que foi para a prostituição para que eu pudesse viver. Entende qual é a trama que nós estamos tratando aqui? Não é só da formalidade. Estamos tratando de seres humanos, de pessoas que não têm formalidade, não tiveram estudos, de pessoas que não têm... O estado trata de uma forma amoral, muito ruim, e que têm que sustentar, às vezes, seus filhos e sua família.

Eu não tenho mãe por conta disso, por isso que eu dediquei minha tese a ela e falo dela cada vez mais hoje. O filho dela virou doutor, professor da Ufrj. Ninguém nunca entendeu por que a minha vida toda eu sempre lutei pelos Direitos Humanos, você sabe disso, seja na chacina de Acari, de Vigário Geral. Ninguém nunca soube disso, porque uma coisa é fazer o discurso duro de que o outro é inimigo, de que o outro tem que ser exterminado; outra coisa é entender que tem uma humanidade por trás disso.

Então, o que eu peço a vocês, que não se trata de uma formalidade pura e simples: se trata de seres humanos, de pessoas que são mães e que, por trás disso, têm seus filhos. Independente, eu concordo que essa ideia que vocês estão tendo, né? Eu não posso ser contra, ok? Não, à luz, o não sei o quê. Eu não posso ser contra, só se for um maluco, um caro insano, mas, o que eu peço a vocês é que tenham um pouco de serenidade e de humanidade de entender que estamos lidando com pessoas, seres humanos. E elas não são prostitutas porque querem; foram para a prostituição porque não tinham, às vezes, outra forma. A gente olha a prostituição de forma moral e não se trata só de uma questão moral, de falta de questão de oportunidade. Por isso que eu acho legal chamar a Faetec, por isso que eu acho legal chamar as secretarias para as suas responsabilidades, por isso tem que pensar que tem que ter casa decente para essas pessoas, para que elas possam fazer com que os filhos delas cheguem aonde eu cheguei.

Então, a minha estada aqui. Por isso que eu pedi para falar primeiro, não é para fazer o confronto, mas é para sensibilizar a estrutura do estado, que ela é, né?, ela é extremamente cartesiana e ela não olha isso, tanto que a fala aqui é justamente essa, né? A estrutura é cartesiana, ela não quer olhar isso, ela não olha a pessoa: ela olha a norma, e nem sempre a norma leva em conta que nós somos seres humanos, pessoas diferentes, de lugares diferentes, com oportunidades diferentes. Então, eu queria pedir à comissão, porque já ouvi a fala de vocês que querem ajudar a contribuir, que vá nessa direção. São pessoas que, às vezes, têm que levar o remédio da sua mãe, nem sempre são só os filhos, e que têm famílias.

Por gentileza, sejam mais humanos num momento como esse e vamos pensar que o estado não é para oprimir. Eu disse isso na posse do governador - você estava lá e ouviu o que eu disse para ele, que, às vezes, mesmo o estado, quando acha que vai fazer justiça, ela acaba produzindo injustiça. E o momento agora não é de justiça, mas de dar as mãos e buscar um caminho que seja bom para todo o mundo.

Axé e um abraço para todos vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Quería parabenizar a fala do sr. Ivanir. E só contribuir aqui um pouquinho, porque esta comissão tem dois meses e meio e é interessante o que acontece aqui porque, vou dar um exemplo do Ninho do Urubu, onde dez crianças morreram. E a gente começou a se debruçar nisso. Eu sou flamenguista, o deputado é, e a gente começou a receber inúmeras ameaças de torcedores do Flamengo: "Você quer prejudicar o clube, vocês querem acabar com o clube por causa das famílias." E a gente sempre falou o seguinte: primeiro, a gente quer entender como se deu o incêndio porque todos os que estiveram aqui, impressionante, ninguém tem culpa. Aconteceu por um acaso do destino. A gente sabe que sempre existe, no mínimo, uma situação de negligência que ocasionou aquilo, mas ninguém tem culpa. Ai, você tem pressão da gestão atual do Flamengo, da gestão passada do Flamengo, que um joga para o outro, aí vem um monte de membros da OAB, outros do próprio Parlamento, todo mundo pedir pelos seus. Todo mundo. Então, assim, é uma situação para a gente muito difícil.

Eu entendo exatamente tudo o que foi falado. Aliás, os advogados da associação colocaram isso de forma muito elegante e a gente entende. A questão aqui não é a prostituição, isso é o que eu quero deixar claro. O tema da prostituição, a gente quer ajudar, só que a gente precisa primeiro se debruçar na questão do risco iminente para a gente amanhã não acontecer, Deus me livre, alguma coisa, e vão perguntar o seguinte: por que o Corpo de Bombeiros não agiu? Por que a CPI que existia não agiu? Como acontece nesta Casa. Então, é importante a gente ter as responsabilidades deixadas bem claras aqui. Eu, junto com os deputados Rodrigo Amorim e Jorge Felipe, nós fomos conversar com o governador, buscar alternativas. Será que a alternativa é a revitalização dali? Será que a alternativa é outro espaço? Eu não sei, sinceramente, eu não sei. Isso, a gente tem que debater juntos.

Agora, a gente também não pode deixar o Corpo de Bombeiros numa situação que eles não exerçam o papel dele, que é um papel técnico. Quando tem um incêndio, eles exercem de forma técnica, porque se eles forem exercer de forma emocional, muitas vezes se colocam até em risco. Então, é de forma técnica.

Então, diante disso, agradecer mais uma vez a palavra do sr. Ivanir, que é sempre bem-vindo a esta Casa, um homem que tem um histórico ímpar aqui na sociedade do Rio de Janeiro, independente de ideologia, de matriz religiosa. Minha religião é judaica e todos nós respeitamos como o senhor se coloca, inclusive sempre muito junto lá com o nosso pessoal da Fierj. E esse respeito não é de um ano: é feito através de...

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - É verdade, é verdade, e eu agradeço muito ao senhor.

Eu vou passar a palavra para o Corpo de Bombeiros, que vai explicar como se dá tecnicamente a interdição, os passos e como está o processo.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deixa só eles concluírem a fala deles, depois eu passo para a senhora.

O SR. RODRIGO POLITO - Mais uma vez, gostaríamos de agradecer pelo convite e nos colocamos à disposição da comissão, da sociedade. Gostaríamos de saudar os representantes do Poder Judiciário, da sociedade civil.

O Corpo de Bombeiros recebe a fala do dr. Ivanir sempre de maneira muito positiva. A atuação do Corpo de Bombeiros, embora julgada cartesiana, é também é uma atitude de proteção às pessoas, sobretudo. A gente tem que observar as questões legais que rodeiam o tema, mas o nosso objetivo nunca vai deixar de ser o objetivo humano. A proteção da vida vem antes de qualquer legislação que a gente tenha que aplicar, de maneira A ou B. Quería dizer que a gente recebe essa fala positivamente e que pensamos da mesma forma.

Eu gostaria de pedir permissão para passar a fala ao tenente-coronel Fliess, que é a pessoa que vem acompanhando a situação desde o início e pode melhor esclarecer através de um histórico, o que ocorreu em relação, na visão do Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, coronel.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente, se puder fazer uma ponderação para o tenente-coronel Fliess aliás, muito boa tarde, esqueci-me de dar um boa-tarde a todos, em especial aos meus colegas deputados, desembargadores, representantes da sociedade civil, funcionários da Casa.

O que já foi cumprido e o que falta cumprir - eu acho que é o ponto focal da contribuição de v. sa.

O SR. ANDERSON FLIESS - Boa-tarde a todos.

Nós tivemos, desde o início da interdição, que foi 11 de dezembro - principalmente aqueles aspectos das fotos, que já falamos si só - as condições que levaram à interdição, perigo iminente, além de não ter legalização. São duas coisas distintas. Uma coisa: imagina uma régua, onde uma ponta da régua está a edificação, que não é

legalizada e não há condições de funcionamento, que é o *status* que ainda está, digamos assim, porque não está desinterditado. Ai, a gente pensa na metade dessa régua. Metade dessa régua é onde foi retirada a condição de perigo iminente. Entretanto, ela não possui ainda o certificado de aprovação - que alguns podem falar "alvará do Corpo de Bombeiros"; em São Paulo é AVCB e tudo o mais. Ao final da régua, quando obviamente não há condição de perigo iminente, também já possui o certificado de aprovação, e é onde nós desejamos aqui, através desta comissão, que o ambiente, se for lá ou outro local, esteja.

Então, eu vou me ater agora neste momento a falar o que falta para chegar a essa metade da régua. Antes, eles estavam lá no primeiro indeferimento, porque a intervenção é dada da seguinte forma: é aplicado ali no ato para cessar aquele perigo iminente e existe um processo de desinterdição, que é protocolado, não há taxa, faz um requerimento, junta a documentação, e, se for o caso solicita nova vistoria, que foi o que ocorreu. A gente percebe que, nesse trâmite, vem ocorrendo melhorias. Hoje, o que falta é exatamente a questão elétrica. Estou com o último processo, que foi dado entrada em 11 de março, antecedem, já é, se não me engano, o quarto processo de desinterdição (os três anteriores foram indeferidos). Foram elencadas ali, o despacho, o deferimento até longo, elencados ponto a ponto que faltava para cumprir. Nesse quarto agora, parece que meio que repetiu o anterior, que foi de 9 de março. 9 de março teve um processo e esse processo analisado imediatamente, praticamente. Quem tramita o processo, não sei se está aqui, pode perceber que ele vai para o *status* "pronto" imediatamente. Até sem estar agendado, eu atendi, eu acho que a doutora e o dr. Janilson, sem estarem agendados. Eu estava lá, eles compareceram lá, imediatamente eu levei à sala do diretor, nós atendemos prontamente, tentamos passar todas as orientações possíveis.

Então, até parabenizando não só pela fala como a história de vida, que é um exemplo para muitas pessoas. Então, pegando o que ele falou, separar a emoção dentro do que ele falou e a questão técnica dentro das imagens é algo muito difícil para o Corpo de Bombeiros. Nessa diretoria de fiscalização é algo complexo. Por quê? Se a gente vai encontrando irregularidades ao andar pela calçada e sai interditando tudo o que for visto, porque muitos locais não são legalizados, eu acredito que não é isso que a sociedade deseja. Então, tem que ter um critério muito difícil. Mas, caso pegue fogo em algum desses locais, a primeira pergunta vem essa que o deputado bem colocou: Por que o Corpo de Bombeiros não fez? Mas, e se o Corpo de Bombeiros fizer diuturnamente esse tipo de serviço, fechando inclusive hospitais, será que é isso que a sociedade deseja? Então, esse é o primeiro ponto. É um serviço bem complexo para a gente.

Voltando à questão de chegar à metade da régua. Hoje nós precisamos de uma anotação de responsabilidade técnica, ou melhor, documento de responsabilidade técnica de um profissional atestando que "tem umas fotos aqui desse último processo, aquelas fiações foram embutidas e tal", mas ele não se responsabiliza de que aquilo está de acordo com a norma, e a gente não vai lá testar a fiação elétrica. A gente precisa de alguém que faça o serviço, um engenheiro, um electricista. Aqui até tem uma anotação de responsabilidade técnica, ou melhor, registro de responsabilidade técnica emitido pelo CAO, não, tem anotação mesmo de responsabilidade técnica, anexada a um relatório, onde ele diz - não sei se tem representante do CREA, eu acho que foi perguntado no início até para tirar essa dúvida -, porque aqui cita a execução de alguns serviços, só que ele é datado de 6 de março e anexo a um relatório bem complexo. Ai, a gente avaliando o relatório com as fotos, alguns fios foram embutidos e tudo o mais, só que no item seis desse relatório ele bota recomendações. Ai, eu não vou elencar todas, até pelo tempo, mas fica à disposição da presidência, caso, né?, uma cópia. Tem onze recomendações, e na conclusão ele finaliza que "O presente laudo técnico apresentou análise das instalações elétricas - ou seja, aí eu entendo que aquela anotação de responsabilidade técnica não é de execução, foi de uma análise, porque é datada da mesma data do relatório, a ART com o relatório - indicando as inconformidades e sugerindo recomendações para que sejam implementadas". Então, a gente entende que a parte da instalação elétrica não foi cumprida, porque não há um profissional atestando que lá esteja em conformidade. Concomitante à retirada desse risco, a gente precisa que o local tenha certificado de aprovação, só que o projeto está em tramitação no Corpo de Bombeiros para, primeiro, análise do projeto, depois executa. A gente entende que é uma execução de um grau enorme de complexidade, é bem complexo para fazer a execução.

O projeto mesmo, o coronel Marcus até pode depois, se o presidente permitir, elencar. Ali tem listadas várias exigências a cumprir, que está em *status* de bilhete eletrônico, que é quando envia para o requerente, para ele cumprir as exigências - isso já no projeto. Então, a execução é mais complexa ainda. Então, a gente tem outra ferramenta que é o termo de ajustamento de conduta junto ao Corpo de Bombeiros, onde é feito, ele pode fazer essa execução até em cinco anos, prazo máximo. Ai, é feito junto à empresa que for executar os serviços, e faz um cronograma. Isso vai para o comandante, vai para a nossa assessoria jurídica, esse processo tramita. Celebrando esse termo de ajustamento de conduta e corrigindo a questão elétrica, aí sim a gente emite a autorização para que o quartel da área emita o auto de desinterdição.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só anunciar a presença do deputado Doutor Serginho. Seja bem-vindo.

Bom, então, na verdade, hoje o que nós temos ainda em pendência para conseguirmos avançar é a questão da rede elétrica.

O SR. ANDERSON FLIESS - Sim, da rede elétrica e a celebração do termo de ajustamento de conduta, ou certificado de aprovação. A gente entende que o certificado de aprovação é mais complexo, por isso o termo de ajustamento de conduta não é uma exigência, é uma ferramenta caso não consiga o certificado de aprovação.

O SR. SIRO DARLAN - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, desembargador.

O SR. SIRO DARLAN - Se v. exa. concluir a palavra do bombeiro, eu gostaria de ter a palavra, se v. exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Claro, claro, claro.

O senhor quer contribuir mais? Até para a gente poder abrir depois alguns questionamentos.

O SR. RODRIGO POLITO - Em relação ao que o coronel Fliess acabou de dizer, ao contrário do que é o pensamento coletivo, o Corpo de Bombeiros não faz uma análise do serviço que o engenheiro executa. A gente recolhe dele uma responsabilidade técnica. Em resumo: eu não digo se o engenheiro fez bem ou mal o trabalho. Isso é uma tarefa que, em caso de fiscalização, cabe ao Conselho. Nós recolhemos do profissional a informação de que ele executou o trabalho dentro da boa técnica. E o relatório que está acostado ao processo, o engenheiro cita algumas recomendações e diz que essas recomendações devem ser levadas a termo. Então, só para esclarecer qual o posicionamento do Corpo de Bombeiros em relação ao recebimento do serviço de engenharia.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, deputado.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Só fazer uma leve ponderação. As normas de defesa civil, até onde eu sei, são normas de ordem pública justamente porque, enfim, são exatamente discriminatórias. Como é que funcionaria esse TAC? Ele vem com um plano de execução, com prazo, ou meramente alguém se responsabiliza e toca?

O SR. RODRIGO POLITO - É um documento que tem um formato, como está previsto no decreto 42, e normalmente esse formato traz uma parte que a gente chama de cronograma, que são etapas a serem cumpridas dentro de um espaço de tempo. E essas etapas dependem, claro, primeiro da segurança contra incêndio, da magnitude dos equipamentos e da relevância dos equipamentos de proteção que precisam ser instalados, da capacidade financeira de quem está executando as obras e muitos outros aspectos.

Então, realmente, é um acordo, onde o profissional responsável pela execução das obras e o proprietário, que é quem diz qual é o desembolso, faz uma proposta para o Corpo de Bombeiros, e o Corpo de Bombeiros analisa se essa proposta é viável ou não. Por exemplo, a recarga de um extintor, ela é notoriamente muito mais barata do que uma manutenção de uma bomba elétrica de incêndio. Então, a recarga de um extintor de incêndio, ela é mais barata e leva menos tempo. Então, é mais prodcente que o que é mais barato e o que é mais rápido seja feito primeiro, e as obras mais complexas e que tenham um desembolso mais relevante, elas sejam colocadas no andar do cronograma. Então, só para dar um exemplo, uma ilustração para o senhor. Então, é um cronograma que ele vem da proposta de quem vai executar e de quem vai pagar por essa execução e uma análise do Corpo de Bombeiros sobre a relevância em equilíbrio realmente à proteção que aquele equipamento de segurança contra incêndio precisa ter ou não. O que é mais essencial, o que é mais secundário e por aí vai.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Antes de passar a palavra ao exmo. sr. Siro Darlan, só vou pedir para a gente tentar ser breve nas falas, porque a gente tem ainda uma outra audiência no Ninho do Urubu, e nós não sairemos daqui tão cedo, e há muitas pessoas para falar ainda. Vou passar aqui a palavra para v. exa.

O SR. SIRO DARLAN - Exmo. sr. presidente, Alexandre Knoploch, exmo. sr. deputado Rodrigo Amorim, sr. deputado Jorge Felipe, sr. deputado Paulo Teixeira, sr. deputado que não está presente, mas compõe esta egrégia CPI, Comissão, deputado Alexandre Freitas, deputada Tia Ju, dr. Bruno Dauaire, dr. Renato Cozzolino. Em primeiro lugar, eu quero agradecer pela honra do convite e louvar a iniciativa de v. exas. por estarem, efetivamente, colocando o dedo, como representante do povo do Estado do Rio de Janeiro, numa coisa muito grave, que é, justamente, a Corporação mais respeitada pela população do Rio de Janeiro, o Corpo de Bombeiros, a quem eu rendo todas as minhas homenagens, mas que dá a v. exas. a oportunidade de fiscalizar os desacetos e as ações ilegais dessa Corporação.

As fotografias demonstradas aqui pelo deputado Rodrigo Amorim demonstram com toda a clareza que há um culpado, há um responsável: é a Corporação do Corpo de Bombeiros. Porque se existe situações como essa, é porque o Corpo de Bombeiros tem prevaricado. É porque o Corpo de Bombeiros tem sido omissivo. Porque o Corpo de Bombeiros tem sido seletivo. E um dos motivos disso é que não está aqui o seu Comandante. Ele mandou representantes, porque ele não tinha coragem de estar aqui perante esta comissão, prestando contas ao povo de suas ações. Todos nós sabemos e é bom que conste em ata, que todos os responsáveis pela venda de material necessário para a segurança de Corpo de Bombeiros são de oficiais do Corpo de Bombeiros. É bom que fiscalizem isso. É bom que examinem isso. Quando nós chegamos à 4ª inspeção, eleita seletivamente, à 4ª inspeção com exigências, é porque há atrás disso interesses econômicos escusos.

Foi aqui dito com todas as palavras, mesmo depois que o nosso colega Ivanir se manifestou, que o sr. coronel Anderson Fliess, é muito difícil olhar para o homem. Olha, eu sou magistrado há 39 anos. Eu tenho a consciência de que atrás de cada papel está um homem, está uma mulher, está um sofredor. Se o senhor não tem essa consciência, o senhor não é capaz, não tem a competência de julgar essas pessoas. O senhor acaba de confessar que o senhor não tem competência, nem sensibilidade para colocar o homem à frente da regra, à frente da norma.

Eu conheço Vila Mimosa, porque eu fui juiz da infância e da juventude, sr. presidente, e eu tive a curiosidade, a responsabilidade, de fiscalizar a Vila Mimosa. E fui lá, pessoalmente, para verificar se lá na Vila Mimosa havia criança sendo explorada sexualmente, se havia crianças sendo mantidas naquele espaço inadequado, e o que eu vi lá e conheci, isso lá pelos idos de 1990, 1995... Desde então, eu frequento a Vila Mimosa, com todo o prazer, sem ter o prazer que elas dão. Mas eu vou lá, porque reconheci que lá há uma comunidade organizada pela Amocavim. E não há crianças ali, há mães desesperadas que estão ali para levar o ganho pão para seus filhos. Eu, então, intervii pessoalmente e institucionalmente, porque havia crianças lá, sem registro de nascimento, há pessoas atrás dessas meninas, coronel. Havia pessoas sem registro de nascimento, havia crianças fora da escola, havia crianças sem vacinação. Leveli todo esse material governamental lá para dentro. Convidei a Defensoria Pública para lhes dar assistência jurídica, a Defensoria Pública se negou, com a responsabilidade que tem como Defensor dos direitos e das causas dessas trabalhadoras. Convidei OAB, que hoje se faz presente, mas também não disponibilizou, deputados, porque ali se nós entrarmos, deputado Rodrigo Amorim, com ações de investigação de paternidade, nós vamos tirar muitas dessas meninas daquela vida, vamos responsabilizar os pais dessas crianças, que vão dar pensão de alimento, e vão tirar essas meninas dessa vida. Eu conheci meninas ali que trabalhavam, talvez, por ignorância, por falta de informação, o que está se exigindo delas é o que nunca se deu a elas. Elas estavam ali, porque uma tinha um filho excepcional e ela trabalhava para comprar o remédio daquele filho. E eu disse para ela: minha filha você não precisa fazer isso. Isso é uma desculpa esfarrapada. Você tem o direito de pedir ao poder público o remédio do seu filho. E encaminhamos para isso. Levamos para lá, foi iniciativa nossa, a Cleide conhece esse serviço, a Faetec, lá dentro tinha, o estado estava presente: curso de cabeleireiro, de manicure, de informática, de inglês, no governo da Dona Rosinha e Garotinho. Isso foi só mudar de governo e esses serviços foram de lá retirados.

A Vila Mimosa tem uma história. Não é uma instituição marginal, pode ser uma instituição marginalizada pelo poder público, mas não é uma instituição marginal. Ela surgiu quando chegaram aqui as chamadas polacas, depois da 1ª Guerra Mundial, mulheres viúvas de guerra. Os senhores são soldados de guerra, os senhores deveriam ter essa sensibilidade. Essas mulheres que chegaram aqui viúvas da Europa foram chamadas genericamente de polacas, mas eram italianas, eram francesas, sobretudo as francesas, e ficaram muito famosas por esse serviço de utilidade pública que prestaram. E aqui se instalaram e iniciaram esse trabalho. Isso não é um crime não. A prostituição é legal no Brasil. A prostituição é um trabalho reconhecido pelas nossas leis. Elas são trabalhadoras do sexo. Elas não são criminosas nem marginais. Tanto que o presidente Getúlio Vargas, sensibilizado com as trabalhadoras, criou a zona do manguê. Foi criação oficial do governo. E lá instalou a zona do manguê, onde muitos senadores, deputados, desembargadores frequentavam. Talvez, até o próprio presidente tenha frequentado. E não seria nada demais, porque todos nós temos fome de alimento e de sexo. O homem não pode viver sem sexo e sem alimentos. Sem alimentos morre, sem sexo, até acaba ficando, remediando. Mas é uma necessidade humana.

Portanto, quando o governo Cesar Maia, prefeito desta cidade, precisou daquele espaço e retirou as trabalhadoras dali e as colocou onde elas estão, é responsabilidade, senhores oficiais. Os senhores estão agindo por desconhecimento, tenho certeza, não por má-fé, contra quem não tem responsabilidade. Porque a responsabilidade de todo esse problema de fiação, de urbanização, de regularidade, pertence ao poder público. Aquela área é área de utilidade pública, quem as colocou lá foi o prefeito do Rio de Janeiro. Se a Prefeitura do Rio de Janeiro não cuida da fiação, porque a fiação - a fotografia do deputado mostrou - é na rua. Os "gatos" são na rua. Isso é responsabilidade do poder público. E os senhores estão agindo contra os mais fracos, contra os mais frágeis. Sabem por quê? Porque a carne mais barata do mercado é a carne preta, é a carne negra. (Palmas).

Eu ouvi aqui o ilustre deputado Rodrigo Amorim, sempre muito honesto nas suas palavras. Ele disse assim: as vistorias foram deliberadas por esta Casa. Como nós podemos admitir que uma instituição respeitada como o Corpo de Bombeiros venha a ser um instrumento político, porque esta Casa é uma casa política; e se o deputado diz aqui que a deliberação de vossa vistoria foi desta Casa, os senhores estão sendo ferramenta política. Que baixaria, que desserviço os senhores estão fazendo para essa Corporação tão respeitada? Que desserviço! Por que fazer isso com os pobres? Sabem por que com os pobres? Porque nós temos aqui 30 mil casas de trabalhadores de sexo, no Rio de Janeiro, 30 mil. Quais os senhores visitaram? Quais? Quais os senhores interditaram?